

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/11	31/12/10	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/11	31/12/10
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.944	6.970	Fornecedores	10	85.170	30.715
Contas a receber	5	97.821	37.216	Obrigações trabalhistas	11	321	276
Estoques	6	113	345	Impostos a recolher	12	12.636	3.498
Impostos a recuperar	7	891	24	Dividendos mínimos obrigatórios	13.3	12.897	-
Créditos contratuais	16	91.159	193.997	Convênio Eletrobrás	12	22.297	-
Despesas antecipadas	-	-	456	Obrigações contratuais	16	52.964	193.997
Outros créditos	158	702	-	Outras contas a pagar	-	522	1.218
Total do ativo circulante		205.086	239.710	Total do passivo circulante		186.807	229.704
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos	20.1	2.999	-	Impostos diferidos	20.1	20.022	-
Impostos a recuperar	7	4.336	4.883	Provisão para riscos trabalhistas, civis e fiscais	14	280	-
Intangível	8	127.618	122.083	Convênio Eletrobrás	12	54.317	85.267
Diferido	9	7.610	8.461	Total do passivo não circulante		74.619	85.267
Total do ativo não circulante		142.563	135.427	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL DO ATIVO		347.649	375.137	Capital social	13	81.019	78.391
				Reservas de lucro	13.2	905	-
				Dividendos adicionais propostos	13.4	4.299	-
				Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	(18.225)
				Total do patrimônio líquido		86.223	60.166
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		347.649	375.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro (prejuízo) básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	2011	2010
RECEITA LÍQUIDA	15	651.887	83.485
CUSTO			
Custo dos produtos vendidos	18	(587.279)	(35.624)
Custo dos serviços de construção	18	(11.254)	(43.889)
LUCRO BRUTO		53.354	3.972
(DESPESAS) RECEITAS			
Despesas gerais e administrativas	18	(11.235)	(5.800)
Outras receitas (despesas) operacionais	18	(271)	(3.300)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		41.848	(5.128)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita financeira	19	10.623	75
Despesas financeiras	19	(6.724)	(13)
Total		3.899	62
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		45.747	(5.066)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Impostos diferidos	20.1	(1.779)	-
Impostos correntes	20.2	(7.642)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		36.326	(5.066)
Lucro líquido (prejuízo) básico/diluído por ação ordinária - R\$	13.5	1.5362	(0.2142)
Lucro líquido (prejuízo) básico/diluído por ação preferencial - R\$	13.5	0.7681	(0.1071)

(*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2011	2010
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) do exercício		36.326	(5.066)
Ajuste para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com recursos gerados pelas atividades operacionais:			
Amortização do intangível e do diferido	8.9.18	6.570	546
Provisão para riscos trabalhistas, civis e fiscais	14	280	-
Constituição de impostos diferidos	20.1	17.023	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	(60.605)	(37.216)	-
Estoques	232	(345)	-
Impostos a recuperar	(320)	(4.243)	-
Créditos contratuais	102.838	-	-
Despesas antecipadas	456	(456)	-
Outros créditos	544	(699)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	54.455	25.199	-
Obrigações trabalhistas	45	145	-
Impostos a recolher	10.631	3.012	-
Obrigações contratuais	(141.033)	-	-
Outras contas a pagar	(696)	1.161	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.493)	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		25.253	(17.962)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição do intangível	8	(11.254)	(43.889)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(11.254)	(43.889)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aportes e rendimentos - Convênio Eletrobrás	12	382	21.139
Pagamento - Convênio Eletrobrás	12	(9.035)	(196)
Integralização do capital social	13	2.628	46.057
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(6.025)	67.000
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.974	5.149
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	4	6.970	1.821
No fim do exercício	4	14.944	6.970
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.974	5.149
Transações que não afetam caixa e equivalentes de caixa:			
Provisão para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios	13.3	12.900	-
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o dividendos mínimos obrigatórios por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Dividendos adicionais	Lucro/(prejuízo) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		31.578	-	-	(13.159)	18.417
Capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital	13.1	758	-	-	-	758
Integralização de capital	13.1	46.057	-	-	-	46.057
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.066)	(5.066)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		78.391	-	-	(18.225)	60.166
Integralização de capital	13.1	2.628	-	-	-	2.628
Lucro do exercício	-	-	-	-	36.326	36.326
Constituição de reserva legal	13	-	905	-	(905)	-
Dividendos adicionais propostos	13.4	-	-	4.299	(4.299)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,1818 por ação)	13.3	-	-	-	(12.897)	(12.897)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		81.019	905	4.299	-	86.223

(*) Não há resultados abrangentes no exercício corrente e no anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores em milhares de Reais, exceto quando expresso de outra forma)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS - A COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS ("Companhia") é uma sociedade anônima de economia mista, integrante da administração indireta do Estado do Amazonas, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, criada mediante autorização da Lei Estadual nº 2.325 de 08 de maio de 1995, com autonomia administrativa e financeira. A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, no Estado do Amazonas, sob o regime de concessão, dos serviços locais de gás canalizado, bem como de outras atividades correlatas ou afins, vinculadas ou necessárias à distribuição de gás para todo o segmento consumidor, seja como combustível, matéria-prima e insumos para a indústria petroquímica ou de fertilizante ou como oxí-reduzidor siderúrgico, seja para a geração termelétrica ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. A concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos a partir de 18 de novembro de 2032. Em 21 de dezembro de 2011, foi publicada a Lei Estadual nº 3.690 que altera o termo inicial do prazo da concessão da Cigás definindo que a data final da concessão é de 31 de janeiro de 2040. A Companhia assinou em 10 de junho de 2006, contrato com a Petrobras, com intervenção da Manaus Energia S.A., Eletrobrás e Eletrobrás, de compra e venda de gás natural, o qual terá por prazo de vigência 20 anos e prevê o fornecimento comercial de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia de gás canalizado. Assinou nesta mesma data, contrato de fornecimento de gás natural para geração termelétrica, com a Manaus Distribuidora de Energia S.A., com intervenção da Petrobras, Eletrobrás e Eletrobrás, pelo prazo de 20 anos, com fornecimento de 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil) metros cúbicos por dia. Em consequência do contrato assinado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (anteriormente denominada Manaus Energia S.A.), a Companhia assinou, em dezembro de 2006, com Eletrobrás, um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, para viabilizar a construção dos ramais de distribuição de gás, vide nota explicativa nº 12. Em 19 de dezembro de 2005, a Companhia iniciou uma operação parcial de distribuição de gás natural, para atendimento ao Projeto Experimental de Uso de Gás Natural Veicular Zona Franca Verde, através de contratos de compra e venda Gás Natural firmados com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e em dezembro de 2010 a Companhia iniciou a maior parte de suas operações com a entrada dos ramais de distribuição de gás para as termelétricas. Conforme informado acima, a Companhia iniciou a maior parte de suas operações em dezembro de 2010 e, como consequência, as demonstrações financeiras comparativas estão prejudicadas em relação à sua comparabilidade com as demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Em 2011, a Companhia assinou o terceiro aditivo do contrato de compra e venda de gás natural, o qual celebra uma nova quantidade diária contratual, que segue uma rampa de volume de crescimento do fornecimento de gás natural até 2014, ano em que fixa o valor de 5.500 m³ por dia.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2.1 Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09. **2.2 Base de elaboração** - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3 Moeda funcional e de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações são apresentadas em reais - R\$ - a moeda funcional da Companhia.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 3.1 Instrumentos financeiros - 3.1.1 Ativos financeiros - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. A Companhia não possui instrumentos financeiros para as categorias classificadas nos itens (a), (b) e (c) mencionadas acima. **Categoria (d) - Empréstimos e recebíveis** - São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia compreende: **Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização, conforme nota explicativa nº 4. **Contas a receber** - São demonstradas ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data das demonstrações financeiras, ajustados por provisão para perda, se necessária. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras. **3.1.2 Deterioração de ativos financeiros** - Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. **3.1.3 Passivos financeiros** - Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e valores a pagar para Eletrobrás (Convênio Eletrobrás). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. **3.2 Estoques** - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não exceda ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização. **3.3 Intangível** - Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída pelo concessionário como parte do contrato de concessão do serviço público de gás combustível canalizado (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com as disposições das Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nos 1.003/10, 1.261/09 e 1.318/10 que aprovam respectivamente o CPC 04 - Ativos Intangíveis, o IPCP 01 - Contratos de Concessão e o OCP 05 - Contrato de Concessão. E avaliado ao custo de aquisição, deduzida da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A administração decidiu por amortizar linearmente o ativo intangível até o final da concessão de acordo com o item 42 do OCP 05 - Contratos de Concessão, vide nota explicativa nº 8. **3.4 Diferido** - Os valores constantes no ativo diferido representam gastos pré-operacionais que foram incorridos e receitas auferidas no período pré-operacional, os quais estão sendo amortizados em 10 anos pelo método linear. De acordo com a Lei nº 11.941 de 2009, os gastos pré-operacionais são reconhecidos ao ativo diferido até sua total amortização, vide nota explicativa nº 9. **3.5 Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.6 Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social. **3.7 Apuração do resultado e reconhecimento da receita** - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. **3.7.1 Venda de produtos** - A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: - A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; - A Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; - O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; - É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e - Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. **3.7.2 Receita e custo de construção** - A interpretação Técnica - ICP 01 - "Contratos de Concessão" estabelece que o concessionário de serviços públicos deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de gás canalizado), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de gás canalizado. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de gás canalizado; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de gás canalizado; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, vide nota explicativa nº 15. **3.7.3 Receitas e despesas financeiras** - Representam juros e variações monetárias ativos e passivos decorrentes de aplicações financeiras, clientes, fornecedores e descontos obtidos conforme demonstrado na nota explicativa nº 19. **3.8 Principais fontes de julgamento e estimativas** - Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os resultados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: perda estimada por redução ao valor recuperável dos ativos de longo prazo e de créditos tributários e provisão para passivos eventuais, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar

variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **3.9 Avaliação do valor recuperável dos ativos** - Os ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, este é reconhecido no resultado do exercício. Com base nas análises efetuadas, não foram identificadas evidências que requeirerem ajustes para perda por redução do valor de recuperação. **3.10 Imposto de renda e contribuição social - 3.10.1 Corrente** - As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240, e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. **3.10.2 Diferidos** - Os impostos e contribuições diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, foram reconhecidos tendo em vista o histórico de rentabilidade e análise de recuperação futura desses créditos. Vide nota explicativa nº 20. **3.10.3 Regime Tributário de Transição - RTT** - O Regime Tributário de Transição - RTT - foi estabelecido pela Lei nº 11.941/09 a fim de manter as mesmas regras de tributação para determinação do resultado tributável vigentes em 31 de dezembro de 2007, independentemente das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 para práticas contábeis adotadas no Brasil. O regime foi optativo nos anos-calandário de 2008 e de 2009, sendo obrigatório a partir de 2010. **3.11 Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas sobre as ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2011 e 2010.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/11	31/12/10
Caixa e bancos	123	6.637
Aplicações financeiras	14.821	333
Total	14.944	6.970

As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2011, são representadas por aplicação de CDB do Banco do Brasil S.A. de curto prazo, remunerada à taxa de 100% do CDI.

5 - CONTAS A RECEBER

	31/12/11	31/12/10
Clientes	97.821	37.216

O saldo do contas a receber está representado pela seguinte composição por vencimento:

Clientes	Vencido de 1 a 30 dias		Total
	A vencer	30 dias	
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	77.274	4	77.278
Breitner Tambaqui S.A.	5.141	15.222	20.363
Petrobras Distribuidora S.A. - Ternan	162	-	162
Neotec Indústria e Comércio de Pneus Ltda.	9	9	18
Total	82.586	15.235	97.821

As contas a receber de clientes incluem valores vencidos no final do exercício, para os quais a Companhia não constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores (que incluem juros acumulados aos recebíveis vencidos) ainda são considerados recuperáveis. A Companhia não possui a prática de ajustar os valores a receber a valor presente uma vez que a data de vencimento é de curto prazo e não apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

	31/12/11	31/12/10
Odeante	113	179
Material de operação e manutenção	-	166
Total	113	345

7 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	862	654
ICMS a recuperar - CIAP	4.336	4.229
Outros	29	

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores em milhares de Reais, exceto quando expresso de outra forma)

13.4 Reserva de lucros - A Administração decidiu, ad referendum da Assembleia Geral, constituir reserva para expansão no montante de R\$ 4.299 para investimento na Companhia. **13.5 Resultado por ação** - Conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluídas.

14 - PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS - As provisões constituídas para processos trabalhistas, fiscais e cíveis são compostas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	79	79
Cíveis	54	54
Honorários de êxito	147	147
Total	280	280

14.1 Trabalhista - A Companhia é ré em processos trabalhistas movidos por ex-funcionários que reivindicam horas extras, compensações por desvio de funções, verbas rescisórias e outros. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda são prováveis, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão para perda, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 montam R\$ 79.

14.2 Cível - A Companhia é ré em processo de acidente automobilístico o qual é requerido indenização por danos morais e outros no montante de R\$ 54. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda são prováveis, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão para perda, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 montam R\$ 54.

14.3 Honorários de êxito - A Companhia se defende de autos de infração movidos pela Secretaria da Receita Federal relativos a imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuição para o programa de integração social - PIS, e contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS, os quais são considerados indevidos pela administração da Companhia e pelos seus assessores jurídicos. Os honorários advocatícios sobre esses processos foram acordados com os assessores jurídicos da Companhia como sendo um percentual do valor do auto, caso a Companhia obtivesse êxito, isto é, honorários de sucesso. Devido ao fato da Administração e dos seus assessores jurídicos classificarem tais causas como remotas de perda, a Administração decidiu constituir provisão sobre os respectivos honorários advocatícios, os quais para 31 de dezembro de 2011 montam R\$ 147. Ademais, a Companhia possui outros processos de natureza tributária e trabalhista no montante de R\$ 1.370, mas que, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, de que as chances de perda são possíveis, não registrou qualquer provisão às demonstrações financeiras para 31 de dezembro de 2011.

15 - RECEITA LÍQUIDA

	31/12/11	31/12/10
Receita Bruta		
Receita com venda	607.113	43.632
Receita de cláusula de take or pay/ship or pay e margem	98.743	-
Receita de serviço de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2.)	11.254	43.889
Total da receita	717.110	87.521
(-) Deduções:		
PIS sobre vendas	(11.635)	(720)
COFINS sobre vendas	(53.588)	(3.316)
Total das deduções	(65.223)	(4.036)
Receitas líquidas	651.887	83.485

16 - CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	2011	2010
Créditos contratuais		
Take or pay - commodity	1.567	-
Ship or pay - Transporte	52.304	-
Margem contratual	33.491	-
Direito de retirada de gás	1.918	99.625
Créditos contratuais	1.879	94.372
Total	91.159	193.997
Obrigações contratuais		
Take or pay - commodity	1.560	-
Ship or pay - Transporte	47.607	-
Obrigações contratuais	1.918	99.625
Obrigações de fornecimento de gás	1.879	94.372
Total	52.964	193.997

Fornecedor Petróbras S.A. - Em 2006 a Companhia assinou contrato de compra e venda de gás natural firmado com o seu fornecedor Petróbras S.A. que estabelece, na cláusula nona, um volume mínimo diário de compras de gás. Caso este volume não fosse atingido, a Companhia deveria pagar a Petróbras a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegurava o direito de recuperação, durante os 60 meses do prazo contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o volume mínimo de compra não atingido pela Companhia montou R\$ 99.625 e, desta forma a Companhia registrou na conta "Obrigações contratuais" a obrigação junto a Petróbras em contrapartida da conta "Direito de retirada de gás" a qual representa o direito de recuperação, no mesmo montante. Em 2011, as partes firmaram o terceiro aditivo ao contrato original que estabelece níveis menores de volumes contratados e repactuação de consumo para uma rampa de volume de crescimento até o ano de 2014. Para 31 de dezembro de 2011, o volume mínimo de compra não atingido pela Companhia montou R\$ 52.964.

Cliente - Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - O contrato de compra e venda de gás natural firmado entre a Companhia e seu cliente Amazonas Distribuidora de Energia S.A., estabelece, na cláusula terceira, um volume mínimo de compras diárias de gás. Caso este volume não seja atingido, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. deverá pagar a Companhia a diferença entre o valor mínimo contratual e o efetivamente consumido. O contrato ainda assegurava o direito de recuperação, durante os 60 meses seguintes ao ano contratual, através de fornecimento de gás, dos valores pagos em decorrência de não ter sido atingido o volume mínimo de compra. Os volumes a serem recuperados deverão ser apurados pela diferença entre o volume efetivamente consumido e o volume mínimo de compra do ano contratual. Para 31 de dezembro de 2010, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. não atingiu o volume mínimo de

compra, e dessa forma a Companhia registrou na conta "Créditos contratuais" o montante a ser recebido do cliente em contrapartida da conta "Obrigações de fornecimento de gás", qual representa a obrigação de fornecimento no ano contratual seguinte, no montante de R\$ 94.372. Em 2011, as partes firmaram o terceiro aditivo ao contrato original que estabelece níveis menores de volumes contratados e repactuação de consumo para uma rampa de volume de crescimento até o ano de 2014. Para 31 de dezembro de 2011, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. não atingiu o volume mínimo de compra e, dessa forma, a Companhia registrou na conta "Créditos contratuais", o montante de R\$ 91.159 os quais contemplam os impostos sobre a receita.

17 - COMPROMISSOS - Em novembro de 2011, a Companhia firmou contrato anual de operação e manutenção da rede de distribuição de gás o qual montou um compromisso anual de R\$ 1.567. Em junho de 2010, a Companhia firmou contrato de três anos de locação da atual sede da Companhia no ordem de R\$ 460 ao ano.

Para compromissos relativos a compra e venda de gás, vide nota explicativa nº 16.

18 - DESPESAS POR NATUREZA - Conforme requerido pelo CPC 26, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2011	2010
Custo do gás vendido	(521.420)	(35.149)
Custo dos serviços de construção (vide nota explicativa nº 3.7.2.)	(11.254)	(43.889)
Custo de cláusulas de take or pay / ship or pay	(60.140)	-
Amortização do intangível e do diferido	(6.570)	(546)
Despesas com pessoal	(4.353)	(2.892)
Serviços de terceiros	(2.362)	(1.299)
Aluguéis	(858)	(580)
Despesas gerais	(1.286)	(367)
Serviços públicos	(271)	(152)
Viagens	(365)	(312)
Material de uso e consumo	(230)	(142)
Impostos e taxas	(224)	(5)
Outros	(706)	(3.300)
Total	(610.039)	(88.613)

Classificado como:

	2011	2010
Custo dos produtos vendidos	(587.279)	(35.624)
Custo dos serviços de construção	(11.254)	(43.889)
Despesas gerais e administrativas	(11.235)	(5.800)
Outras receitas (despesas) operacionais	(271)	(3.300)
Total	(610.039)	(88.613)

19 - RESULTADO FINANCEIRO

	2011	2010
Receita financeira	9.473	-
Receita por recebimento em atraso	584	43
Rendimento de aplicação financeira	566	32
Outras receitas financeiras	10.623	75
Juros por pagamento em atraso	(6.583)	-
Outras despesas financeiras	(141)	(13)
Total do resultado financeiro	3.899	62

20 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

	2011	2010
20.1 Diferido		
Alíquo	31/12/11	
Prejuízo fiscal	8.678	-
Alíquota de imposto de renda	25%	-
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal	2.170	-
Base negativa	8.157	-
Alíquota de contribuição social	9%	-
Impostos diferidos sobre base negativa	734	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	280	-
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	-
Impostos diferidos sobre provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	95	-
Total dos impostos diferidos	2.999	-
Passivos		
Impostos diferidos	31/12/2011	
PIS e COFINS (A)	15.244	-
IRPJ e CSLL sobre ajustes de RTT (B)	674	-
IRPJ e CSLL sobre lucros não realizados (A)	4.104	-
Total	20.022	-

(A) A Companhia constituiu tributos e contribuições sociais diferidos calculados sobre o lucro não realizado nas operações de distribuição de gás junto a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. de acordo com o artigo nº 409 do decreto 3.000 de 26 de março de 1999. (B) A Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a diferença entre os montantes contábeis e fiscais relativos a ajustes oriundos do regime tributário de transição normalizado pela Secretaria da Receita Federal que disciplinam a tributação das novas normas contábeis adotadas da Lei nº 11.638/07 e dos consequentes pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. O ajuste foi relativo a amortização do intangível conforme explicado na nota explicativa nº 8. Foi utilizada a alíquota combinada de 34% relativo ao imposto de renda e contribuição social para constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos. **Resultado** - O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados no resultado do exercício conforme abaixo discriminado:

	2011	2010
Constituição de tributos ativos	2.999	-
Constituição de tributos passivos	(4.778)	-
Tributos diferidos registrados no resultado do exercício	(1.779)	-

O PIS e COFINS diferido foram registrados na demonstração do resultado do exercício

no montante de R\$ 15.244 na linha de deduções de vendas que compõe a receita líquida. **20.2 Corrente** - Abaixo demonstramos a reconciliação do imposto de renda e contribuição social:

	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	45.747	-
Alíquotas nominais - %	34%	-
Impostos calculados à alíquota nominal	(15.554)	-
Constituição de tributos diferidos ativos sobre provisões temporárias	(95)	-
Constituição de impostos diferidos passivos sobre ajustes da Lei 11.638/07 - Regime Tributário de Transição - RTT (*)	674	-
Constituição de impostos diferidos passivos sobre lucros não realizados	4.104	-
Compensação de créditos fiscais anteriormente não constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa	3.158	-
Outros	71	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(7.642)	-

(*) A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculo de tributos federais. A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido. Foram incluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação do ICPC01, vide nota explicativa nº 3.3.

21 - PARTES RELACIONADAS - A seguir demonstramos o saldo com partes relacionadas:

	31/12/11
Integralização de capital	
Governo do Estado do Amazonas	446
Mansueto S.A.	2.182
Total	2.628

21.1 Remuneração da administração - A remuneração dos administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é representada abaixo:

	2011	2010
Honorários e encargos sociais	436	385
Outros	4	-
Total	436	389

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

22 - COBERTURA DE SEGUROS - A Companhia mantém cobertura de seguros para os riscos abaixo especificados:

Riscos	Valor da cobertura	Vencimento
Responsabilidade civil de administradores	10.000	01/10/2012
Responsabilidade civil geral	25.000	10/12/2012
Responsabilidade operativa de diretores de gás e	155.663	11/12/2012

23 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS - a) Considerações gerais - No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco da taxa de juros - Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI - Certificado de depósito interbancário, conforme detalhado na nota explicativa nº 4. **c) Gestão do risco de crédito** - O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Devido as características das operações da Companhia a mesma concentra mais de 99% de suas vendas para um único cliente que é a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para suprimento de gás para 6 termelétricas. **d) Gestão do risco de liquidez** - A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. **e) Valor de mercado dos instrumentos financeiros** - Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

24 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 22 de março de 2012.

Alexandre Akira Fugimoto
Gerente Administrativo e Financeiro
CRC: ISP19668/0-7

Diretoria:
Diretor Presidente
Lino José de Souza Chixaro

Diretor Administrativo e Financeiro
José Ricardo dos Santos Neto

Diretor Técnico Comercial
Clóvis Correia Junior

Conselho Administrativo:
Waldívia Ferreira Alencar
Hermanno Darwin Vasconcelos Mattos
Lino José de Souza Chixaro
George Tasso Lucena Sampaio Calado
Gianfranco Di Medio

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GAS DO AMAZONAS - CIGÁS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. 2. Foram verificadas, também, as propostas para destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, com a destinação do lucro líquido do exercício de 2011 para a conta de lucros acumulados, constituindo o Fundo de Reserva Legal, provisão para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e constituiu reserva na conta de "dividendos adicionais ao mínimo obrigatório" correspondente a diferença entre a base de cálculo dos dividendos e os dividendos mínimos obrigatórios. 3. Constatou-se que as propostas não mencionadas não causaram prejuízo aos acionistas e permitem ajustar a estrutura de capital da Companhia ao seu nível de investimento. 4. Com base nos exames efetuados e a vista do parecer da Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes, de 22 de Março de 2012, apresentado com ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das propostas formuladas pelo Conselho de Administração, incluindo as Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2011.

Manaus, 17 de abril de 2012.

LUZ ALBERTO BENEVIDES BARBOSA
CONSELHEIRO

AFONSO LOBO MORAES
CONSELHEIRO

HUMBERTO NIELLA SOBRINHO
CONSELHEIRO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS - Manaus - AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS ("Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, os auditores independentes e a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considerou os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da

adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acertamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva - Conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 01) e pelo Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia deve preparar estudo visando assegurar que seus ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia possui créditos tributários relativos a ICMS no montante de R\$ 3,38 mil, em 31 de dezembro de 2011, e está em processo de submissão de pleito junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas para avaliação da melhor alternativa de realização desses créditos. Entretanto, devido as características de suas operações e das condições do mercado de venda de crédito de ICMS na região onde ela atua, a Companhia não possui evidências até a presente data para assegurar a realização desses créditos. Desta forma, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de reconhecimento de perda estimada para o caso o valor do crédito tributário não exceda o seu valor esperado de recuperação.

Opinião com ressalva - Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 22 de março de 2012.

DELLOITTE TOUCHE TOHMATSU
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC - nº 25P 011.609/O-3 "F" BA

JOSE LUIZ SANTOS VAZ SARRIENO
CRC-BA nº 015.640/O-3 "S" AM